

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

Solicita audiência pública para discutir os impactos da venda integral das refinarias da Petrobras sobre o mercado de derivados de petróleo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater a venda de refinarias da Petrobras e os possíveis impactos aos consumidores e ao mercado brasileiro de derivados de petróleo.

Para a audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior – Ministro de Estado de Minas e Energia (MME);
- Roberto Castello Branco – Presidente da Petrobras;
- Felipe Campos Cauby Coutinho – Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET);
- José Sérgio Gabrielli – ex-Presidente da Petrobras;
- Eduardo Costa Pinto – Professor do Instituto de Economia da UFRJ;
- José Maria Rangel – coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional está em pleno debate sobre propostas que podem afetar enormemente a indústria de petróleo e gás natural do país, incluindo projetos de privatização e vendas de ativos. Durante a eleição de 2018, o tema privatizações foi levado para as ruas como pesquisa eleitoral e rejeitado por 60% dos entrevistados.

No entanto, desde a posse do novo governo, são frequentes os anúncios sobre a estratégia recente da Petrobrás em concentrar de suas atividades apenas na área de produção e exploração, em detrimento do refino (fragmentação e desintegração vertical). Essa estratégia é comumente contestada por especialistas na área, pois pode acarretar aumento da exposição a variáveis que ela não controla, como câmbio e preço do petróleo, e reduzir suas margens no segmento do refino, com aumento nos seus custos e riscos, em virtude das características específicas desse setor.

Além dos setores de refino, a companhia também decidiu sair dos segmentos de petroquímica, biocombustíveis e fertilizantes. Com o governo Bolsonaro, a gestão da Petrobras passou a focar na venda de ativos, a partir de duas lógicas: primeiro, a desintegração da empresa, por meio da saída em vários setores de atuação e, segundo, na venda de ativos de alto valor agregado, inclusive aqueles mais rentáveis.

Nesse contexto, é fundamental buscar respostas para esclarecer a entrega de empresas estratégicas para o país ao capital internacional e às grandes corporações petroleiras mundiais. É função precípua do Parlamento brasileiro debater e lutar contra mudanças na regulação de segmentos da indústria de petróleo e gás que visam retirar vantagens competitivas da indústria nacional.

Quais os impactos para a economia nacional se as empresas forem vendidas? Qual a sua função estratégica, como de resto atuam as principais petroleiras mundiais? Segundo os especialistas, apenas as refinarias de São Paulo concentram 38% da produção nacional de combustíveis. Obviamente, essas são as mais desejadas pelas multinacionais do petróleo, que ganharão um mercado pronto para ser explorado. Quais as consequências poderão resultar dessas operações ainda pouco claras para a sociedade?

Pelos cálculos do INEEP¹, foram cerca de 5 milhões de empregos, diretos e indiretos, gerados pela Petrobras de 2003 a 2013, quando foram investidos pela empresa R\$ 172 bilhões nos parques de refino. Como ficarão esses empregos sob controle privado das grandes multinacionais do petróleo?

Essas são algumas das perguntas que precisam ser respondidas e esclarecidas para a sociedade, conformando um alerta contra a proposta de privatização de refinarias e outros ativos da companhia, já anunciadas pelo governo de Jair Bolsonaro. Portanto, propomos um debate qualificado para aprofundar a compreensão de tais mudanças e avaliar seus impactos para a indústria nacional, os trabalhadores e a sociedade em geral.

Considerando desta forma a importância do assunto para a sociedade brasileira, presente e futura, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre as propostas no setor de refino e suas consequências, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do presente tema nessa Comissão de Minas e Energia.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2019.

Deputado Federal
AIRTON FALEIRO

Deputado Federal
PADRE JÓAO

Deputado Federal
RUBENS OTONI

Deputado Federal
CARLOS ZARATTINI

Deputado Federal
VANDER LOUBET